

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2022

Impugnante: **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Impugnado: **MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS**

RELATÓRIO

Trata-se de processo de Pregão Eletrônico nº 85/2022, cujo objeto refere-se ao registro de preço para eventual necessidade de aquisição de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, Padronizados na REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais) do Município de Quatro Barras, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) do referido Edital.

TEMPESTIVIDADE

Inicialmente cabe observar que a impugnação apresentada é tempestiva, uma vez que foi recebida no e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br em 27 de julho de 2022, gerando o protocolo administrativo nº 11.368/2022, estando a impugnação dentro do prazo previsto no artigo 21 do Decreto Municipal nº 7.394/2020 e devendo o pleito ser apreciado por esta Administração.

DO PEDIDO

Alega a requerente que:

- (1) Ao publicar o edital, a maioria dos itens foram direcionadas para exclusiva participação de micro e pequenas empresas;
- (2) O tratamento diferenciado que se admite proceder em relação às micro e pequenas empresas é focado em princípios constitucionais e como tal devem ser respeitados, exceto quando manifestamente causem prejuízo a administração pública.
- (3) É importante sopesar princípios como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração”, conforme é vislumbrado no artigo 3º da Lei nº 8.666/1993. Além disso, a Lei Complementar nº 123/2006 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas:
Art. 44. Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- (4) Realizar o presente certame prevendo a possibilidade de exclusividade de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá representar prejuízos financeiros de grande montante.
- (5) Entende-se que a realização e a inclusão da cota reservada para ME e EPP trará desvantagem para o conjunto do objeto a ser licitado, uma vez que aberto o processo para ampla competitividade pode-se comprar produtos a preços mais vantajosos, considerando a complexidade do objeto.
- (6) Pautado ainda no fator pandemia Coronavírus – Covid 19, que trouxe escassez de produtos, elevando consideravelmente os preços de mercado devido sua disponibilidade, caso for processada a licitação com exclusividade às ME ou EPP, pode-se ter diversos riscos na contratação, como: pagamento de preço elevados pela falta de competitividade na disputa e atrasos na entrega pela estrutura logística (estoque e poder de aquisição) de menor potencial das ME e EPP. A título exemplificado, o edital na forma como divulgado, impede a participação dos próprios fabricantes e das distribuidoras – que tem amplo espectro de negociação na aquisição dos fármacos. Um laboratório que participe da venda direta, notoriamente tem melhores condições de cotar do que uma distribuidora. Uma distribuidora que tem um volume expressivo de negociações com os laboratórios, notoriamente tem melhores condições de cotar, do que uma empresa que tem limitado acesso às aquisições em volume e continuidade.

Desta forma, solicita a requerente DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA a retificação do edital com o processamento da licitação com a ampla participação das empresas de qualquer porte, mantendo-se os demais benefícios em favor das MEs e EPPs previstos no edital e legislação vigente.

DA ANÁLISE

De pronto, é importante destacar que os atos praticados por esta Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, são pautados pelos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório e princípio do julgamento objetivo.

Tendo por base tais princípios, uma vez que constatados possíveis entraves no comando editalício, a Administração tem por obrigação analisar e adotar medidas corretivas necessárias a fim de garantir o atendimento às necessidades, neste caso, da Secretaria Municipal de Saúde:

O medicamento é um insumo estratégico de suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções constantes no tratamento, o que afeta a qualidade de vida dos usuários e a credibilidade dos serviços farmacêuticos e do sistema de saúde como um todo.

A interrupção no tratamento pela falta de medicamento representa prejuízos efetivos, não só na melhoria da qualidade de vida do paciente como na credibilidade do serviço prestado. A falta de medicamentos de uso contínuo pode comprometer e agravar a situação de saúde dos pacientes.

Considerando o embasamento da Lei nº 8.080/1990, Capítulo VII:

...

DA ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA E DA INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA EM SAÚDE

Art. 19-M. A assistência terapêutica integral a que se refere a alínea d do inciso I do art. 6º consiste em: (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

I - dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, cuja prescrição esteja em conformidade com as diretrizes terapêuticas definidas em protocolo clínico para a doença ou o agravamento à saúde a ser tratado ou, na falta do protocolo, em conformidade com o disposto no art. 19-P;

Art. 19-P. Na falta de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, a dispensação será realizada: (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

I - com base nas relações de medicamentos instituídas pelo gestor federal do SUS, observadas as competências estabelecidas nesta Lei, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada na Comissão Intergestores Tripartite; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

II - no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores estaduais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada na Comissão Intergestores Bipartite; (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

III - no âmbito de cada Município, de forma suplementar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores municipais do SUS, e a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada no Conselho Municipal de Saúde. (Incluído pela Lei nº 12.401, de 2011)

Considerando a responsabilidade da administração pública em recuperar e promover a saúde da população, garantindo o acesso a medicamentos que atendam suas necessidades, bem como seu uso racional, justifica-se a contratação de empresa especializada para aquisição desses medicamentos básicos.

Em análise ao ponto impugnado, a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento julgou coerente o pedido apresentado pela empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS



HOSPITALARES LTDA e, a fim de viabilizar e ampliar a participação das empresas de qualquer porte no processo, mantendo os demais benefícios concedidos pela lei em favor das MEs e EPPs, promove a retificação do edital, com fundamento no artigo 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006:

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos art. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
(...)*

III – o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira Oficial do Município de Quatro Barras, no uso de minhas atribuições conferidas pela legislação aplicável à espécie, REGISTRO que acatamos a impugnação da empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, de forma total, promovendo a alteração no comando editalício.

Intimem-se a Impugnante da presente decisão.

Quatro Barras, 02 de agosto de 2022.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISIA
Pregoeira Municipal